

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 768.816 - MG (2015/0212093-9)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : JOSE CAETANO VIEIRA NETO
ADVOGADOS : CARLOS ROBERTO SILVERIO - MG046032
MARCOS HENRIQUE SILVÉRIO E OUTRO(S) - MG086558
AGRAVADO : COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS
SERVIDORES DA UFLA, DA UFJF, UFOP E UFSJ LTDA -
CREDIESAL
ADVOGADO : CLAUBER SILVA CASTANHEIRA E OUTRO(S) - MG087765N

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **IRRESIGNAÇÃO MANEJADA SOB A ÉGIDE DO CPC/73.** EMBARGOS À EXECUÇÃO. BASE DE CÁLCULO DA MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. AUSÊNCIA DE PACTO EXPRESSO SOBRE OS JUROS. CORREÇÃO MONETÁRIA NÃO ATRELADA A QUALQUER INDEXADOR. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. CONFIGURAÇÃO. CARÁTER PROTETÓRIO INEXISTENTE. MULTA. AFASTAMENTO. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

JOSE CAETANO VIEIRA NETO (JOSÉ) opôs embargos à execução que lhe move a COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DA UFLA, DA UFJF, UFOP E UFSJ LTDA - CREDIESAL (CREDIESAL), embasada em contrato de confissão e composição de dívida, objetivando receber o valor de R\$ 76.446,10 (setenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e dez centavos).

O Juízo de 1º Grau julgou parcialmente procedentes os embargos para determinar que a execução prosseguisse pelo valor de R\$ 66.995,60 (sessenta e seis mil, novecentos e noventa e cinco reais e sessenta centavos), acrescido dos encargos contratuais moratórios a partir do dia 10/2/2005 (e-STJ, fls. 1.440/1.446).

JOSÉ interpôs apelação e a CREDIESAL apelou adesivamente.

O TJMG deu parcial provimento ao recurso principal e negou provimento ao recurso adesivo em acórdão assim ementado:

*APELAÇÃO CÍVEL - REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO -
PRELIMINARES - CERCEAMENTO DE DEFESA - PEDIDO
DE NOVA PERÍCIA - NULIDADE DA EXECUÇÃO -*

REJEITADAS - SISTEMA FINANCEIRO - JUROS - NÃO LIMITAÇÃO - ENUNCIADO DA SÚMULA 596 DO STF - CAPITALIZAÇÃO MENSAL - POSSIBILIDADE - CONTRATOS CELEBRADOS APÓS 30/03/2000 - APLICAÇÃO DA MP 2.170/36. Não há necessidade de realização de nova perícia, requerida pela parte, quando esta foi validamente realizada por expert nomeado pelo Juízo, que respondeu aos quesitos apresentados. O título que autoriza a execução é aquele que 'prima facie' evidencia certeza, liquidez e exigibilidade, que permite que o credor lance mão de pronta e eficaz medida para o cumprimento da obrigação a que o devedor se prestou a cumprir. Não constando dos autos quaisquer indícios ou elementos consistentes, que demonstrem eventual vício de consentimento no ato da celebração da confissão da dívida, seja pela prova material, testemunhal e pericial produzida, não há que se falar em improcedência da execução. A legislação pertinente ao Sistema Financeiro Nacional não sujeita as instituições, que o integram, às limitações da Lei de Usura, a teor do que vem assentando a jurisprudência pátria. "As disposições do Dec. 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas que integram o sistema financeiro nacional" (enunciado da súmula n 596 do Supremo Tribunal Federal). Em contratos celebrados a partir de 30 de março de 2000, vale o artigo 52 da Medida Provisória nº 2.170-36/2001, o qual afasta a imposição do limite anual à capitalização de juros e a aplicação do artigo 591 do Código Civil. O julgador não pode desprezar o impacto macroeconômico das suas decisões. Em tempos de "globalização econômica", aos agentes de poder é incumbida a "tarefa de recriar, em nível global, as tradicionais garantias de segurança jurídica própria do direito privado nacional" (Edoardo Greblo, Globalización, Democracia, Derechos). Historicamente, dividem-se os ordenamentos jurídicos de tradição romanística (nações latinas e germânicas) e de tradição anglo-americana (common law"). Contudo, essas expressões culturais diversas passaram a se influenciar reciprocamente. Enquanto as normas legais ganham cada vez mais importância no regime do 'common law', por sua vez, os precedentes judiciais desempenham papel sempre mais relevante no Direito de tradição romanística. A influência recíproca tende a se intensificar na esteira do fenômeno "globalização". O juiz não deve julgar contrariamente ao que, em lides semelhantes, decide o Supremo Tribunal Federal, porque criaria esperanças infundadas para as partes (e-STJ, fl. 1.580).

Os embargos de declaração opostos por JOSÉ foram rejeitados, tendo sido aplicado multa nos segundos aclaratórios (e-STJ, fls. 1.653/1.658 e 1.666/1.672).

Irresignado, JOSÉ interpôs recurso especial, com fundamento no art. 105, III, alíneas *a* e *c*, da CF, sustentando violação dos arts. 6º LINDB, 18, *caput* e § 2º, 535, II, e 538, parágrafo único, do CPC/73, 591 do CC/02, 5º MP nº 2.170-36, ao sustentar **(1)** omissão no julgado no tocante **(1.1)** à base de cálculo da multa aplicada com base no art. 18, *caput* e § 2º, do CPC/73; **(1.2)** a sua boa-fé, uma vez que a prova pericial por ele pleiteada e custeada era a única capaz de aprofundar no exame dos débito e crédito e elucidar a relação havida entre as partes; **(1.3)** ao cerceamento de defesa, uma vez que a perícia não realizou nenhum cálculo sobre a relação débito e crédito, apresentado conclusão fundada em juros capitalizados e ignorando o erro de cobrança de correção monetária com taxa fixa e constante, bem como que os quesitos por ele apresentados não foram respondidos pelo perito; **(1.4)** à nulidade da execução, pois não há no instrumento de confissão de dívida cláusula sobre novação e não há declaração atestando o *animus novandi*; **(1.5)** à ausência de pacto expreso sobre os juros que deveria incidir no período de normalidade e na inadimplência; **(1.6)** a ausência de pactuação da capitalização dos juros; e **(1.7)** à cobrança de atualização monetária em taxa fixa, superior a qualquer índice, e não atrelada a qualquer indexador, bem como que os empréstimos tomados não tiveram contrato formalizado, com definições claras da cláusulas de fixação da taxa de juros, capitalização, correção monetária ou encargos de inadimplência; **(2)** que a cobrança capitalização de juros somente é permitida se expressamente prevista no contrato; **(3)** que o art. 591 do CC/02, que dispõe sobre a cobrança da capitalização anual dos juros, somente entrou em vigor aos 11/1/2003. Desta forma, o acórdão recorrido, ao permitir a sua cobrança em contratos firmados anteriormente a essa data, violou os princípios da irretroatividade da lei nova e da intangibilidade do ato jurídico perfeito; **(4)** que sua atuação não causou nenhum prejuízo ao embargado, não podendo falar em litigância de má-fé; **(5)** que a multa por litigância de má-fé só poderá incidir sobre o valor da causa atribuído aos embargos e não sobre o valor da execução; e **(6)** os embargos declaratórios não tinham caráter protelatório.

Não apresentadas contrarrazões (e-STJ, fl. 1.779).

O recurso foi inadmitido na origem (1.784/1.785).

JOSÉ, então, interpôs agravo em recurso especial, que foi devolvido ao TJMG para que aquele órgão observasse a sistemática prevista nos arts. 1.040 e 1.041 do NCPC com relação a capitalização de juros (e-STJ, fls. 1.805/1.806).

O TJMG, procedendo ao Juízo de retratação quanto ao ponto, manteve o julgamento anteriormente proferido em acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO -

CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS - JUÍZO DE RETRATAÇÃO - ART. 1.040, II, DO CPC - MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO. 1- Consoante o firmado entendimento jurisprudencial de que é "permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.03.2000, data de publicação da Medida Provisória n. 1.963-712000 (em vigor como MP 2.170-3612001), desde que expressamente pactuada", • que "a previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada" e que "a cobrança de juros capitalizados nos contratos de mútuo é permitida quando houver expressa pactuação", observa-se, na hipótese, que o acórdão está de acordo com o disposto pelo Superior Tribunal de Justiça. 2- Julgamento mantido em juízo de retratação (e-STJ, fl. 1.847).

Os embargos de declaração opostos por JOSÉ foram, monocraticamente, rejeitados (e-STJ, fls. 1.868/1.869).

Seguiu-se agravo interno que teve seguimento negado por decisão singular do 3º Vice-Presidente do TJMG.

Ainda inconformado, JOSÉ interpôs novo agravo interno, que não foi provido pelo Órgão Especial do TJMG em acórdão assim ementado:

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGA SEGUIMENTO AO RECURSO - PRECEDENTE DE REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA ADMISSÃO - INTELIGÊNCIA DO DISPOSTO NO ARTIGO 1030 DO CPC - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

- A decisão agravada que negou seguimento ao recurso especial foi proferida em observância ao disposto na alínea "b" do inciso 1 do artigo 1.030 do CPC/2015, que dispõe que o Vice-Presidente deverá negar seguimento ao recurso especial interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Superior Tribunal de Justiça, exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos.

- Tendo em vista que o posicionamento adotado por este Tribunal na decisão recorrida reflete exatamente, a orientação que o Superior Tribunal de Justiça firmou a respeito da matéria no recurso - REsp nº 973.827, temas nº's 246 e 247, da relatoria do Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, publicado em 24/09/2012, deve ser negado seguimento ao recurso especial versado nos autos.

Superior Tribunal de Justiça

- *Agravo interno contra decisão que inadmitiu o recurso especial conhecido e não provido* (e-STJ, fl. 1.900).

Os embargos de declaração foram rejeitados com determinação, de ofício, para que os autos fossem encaminhados a esta Corte para análise das questões não contempladas no rito da repetitividade (e-STJ, fls. 1.915/1.931).

É o relatório.

DECIDO.

Merece prosperar, em parte, a presente irresignação.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são inaplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 2 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

O TJMG, ao analisar os embargos de declaração, deixou de se manifestar acerca das seguintes alegações: **(1.1)** que a multa por litigância de má-fé só poderá incidir sobre o valor da causa atribuído aos embargos e não sobre o valor da execução; **(1.5)** ausência de pacto expresso sobre os juros que deveria incidir no período de normalidade e na inadimplência; e **(1.7)** a cobrança de atualização monetária em taxa fixa, superior a qualquer índice, e não atrelada a qualquer indexador, bem como que os empréstimos tomados não tiveram contrato formalizado, com definições claras da cláusulas de fixação da taxa de juros e da correção monetária ou encargos de inadimplência.

É condição *sine qua non* ao conhecimento do especial que as questões de direito ventiladas nas razões de recurso tenham sido analisadas pelo acórdão objurgado. Assim, recusando-se a Corte estadual a se manifestar sobre a questão, terminou por negar prestação jurisdicional aos recorrentes.

A propósito:

RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE NÃO SE MANIFESTOU SOBRE PONTO RELEVANTE PARA O DESATE DA CONTROVÉRSIA. OFENSA AO ART. 535 CONFIGURADA. TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL. REGULARIDADE.

1. Muito embora o acórdão recorrido tenha afastado uma a uma as preliminares arguidas pela recorrente, silenciou quanto a ponto fundamental ao desate da controvérsia no

mérito, qual seja, a ocorrência de mora do devedor, apesar de instado a fazê-lo em sede de embargos de declaração, o que caracteriza violação ao art. 535, II, do CPC.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.187.807/AM, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, julgado em 21/6/2012, DJe 28/6/2012)

(2) Da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC/73

Razão assiste ao recorrente quanto à afronta ao art. 538 do CPC/73, devendo ser afastada a multa ali imposta, por força do enunciado da Súmula nº 98 desta Corte, uma vez que a oposição dos embargos de declaração visava prequestionar a matéria trazida no recurso especial, razão pela qual não têm caráter protelatório.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS NA ORIGEM PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 98/STJ. AFASTAMENTO DAS MULTAS APLICADAS.

1. Não identificado o caráter protelatório dos embargos de declaração ou o abuso da recorrente pela sua oposição, impõe-se o afastamento da multa processual, nos termos do enunciado 98 da Súmula do STJ.

2. O parágrafo único do art. 538 do CPC exige o prévio recolhimento da multa imposta apenas na hipótese de reiteração de embargos protelatórios.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no Edcl no Ag 891.741/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, DJe 23/3/2015). É medida de rigor, portanto, o retorno dos autos à instância ordinária para que sane o referido vício.

É medida de rigor, portanto, o retorno dos autos à instância de origem para que sane o referido vício.

O exame da demais questões fica prejudicado.

Ante o exposto, **CONHEÇO DO AGRAVO** para **DAR PROVIMENTO** ao recurso especial, determinando o retorno dos autos ao TJMG para que analise as questões trazidas nos embargos de declaração, como entender de direito, bem como afastar a multa do art. 538, parágrafo único, do CPC/73.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator